BANCO RENDIMENTO S/A
www.rendimento.com.br
CNPJ: 68.900.810/0001-38
Avenida das Nações Unidas, 8501
10º andar | São Paulo - SP
CEP: 05425-070
Ouvidoria: 0800 722 0132

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Cenário Econômico

O ano de 2016 foi marcado pelas tensões políticas no âmbito global. No cenário externo, após a turbulência da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), problemas no sistema financeiro da Europa (principalmente Itália), ascensão de forças políticas de extrema-direita na Europa, o último destaque foi o resultado inesperado das eleições americanas, com a vitória de Donald Trump, com o Congresso majoritariamente republicano. O discurso do novo presidente, que tomou posse em 20 de janeiro de 2017, é de uma política expansionista, com retomada de investimentos, concessão de estímulos e protecionismo comercial.
Nos EUA, o Banco Central Americano, elevou a taxa básica de juros em dezembro de 0,5% a.a. para 0,75% a.a. Os indicadores econômicos mostram que o ritmo de crescimento se intensificou no terceiro trimestre, com as contribuições do setor externo, dos estoques e do consumo das famílias, favorecido pelas melhores condições do mercado de trabalho, pelas valorizações do mercado acionário e dos preços de imóveis. O novo governo Trump sinaliza uma política pró-crescimento, com reforma tributária, restruturação do sistema de saúde, renegociação de tratados comerciais e desregulação de alguns setores. Essas medidas podem trazer um risco inflacionário e a reação do mercado foi a elevação das taxas de juros futuras. O FED elevou a sua projeção de juros para mais três aumentos anuais da taxa básica ao longo dos próximos anos até 2019. A nossa estimativa de crescimento para a economia americana está em torno de 1,60% para 2016 e para 2017 em torno de 2% - 2,20%.
Na China, a política de estímulos fiscais está contribuindo para um crescimento em torno da meta prevista do governo de 2016 entre 6,5% e 7%. Entretanto o elevado endividamento corporativo e os apertos ao setor imobiliário restringem a demanda agregada, diminuem a eficácia dos estímulos aplicados e representam riscos futuros para a atividade. Neste contexto, o cenário de desaceleração gradual da economia chinesa permanece para os próximos anos.
No mercado doméstico, o ambiente político ficou mais conturbado, com as delações e acordos de leniência da operação Lava-Jato, e eleições de presidente na Câmara e no Senado. Temer sinalizou junto a sua equipe econômica a prioridade no reequilíbrio das contas públicas, com medidas estruturais de consolidação fiscal, como a imposição de um teto para o crescimento de gastos, reforma da previdência, privatizações e elevação de impostos. A PEC do teto de gastos foi aprovada e dando sequência ao ajuste fiscal estrutural, a proposta da reforma da Previdência foi enviada ao Congresso. Esperamos que as tensões do ambiente político não atrapalhem o avanço no processo das reformas necessárias para o ajuste fiscal.
Na parte econômica, os dados divulgados tem sinalizado desempenho abaixo do esperado indicando uma retomada mais gradual na economia. O PIB do terceiro trimestre recuou 0,8% em relação ao trimestre anterior, a sétima retração seguida. Contra o mesmo período do ano passado recuou 2,9% e no acumulado ano até setembro foi uma retração de 4%. A agropecuária teve queda de 1,4% em comparação ao trimestre anterior, a indústria retração de 1,3% após uma alta de 1,2% no segundo trimestre e serviços queda de 0,6%. O desemprego elevado, a renda real em queda, a alta alavancagem das famílias deverão limitar a retomada do consumo. A demanda doméstica tem dado claros sinais de desaquecimento, do lado das famílias, a renda disponível vem sofrendo com a correção de preços e com a piora do mercado de trabalho, do lado das empresas, com crédito mais restrito. A nossa projeção de retração do PIB em 2016 é em torno de 3,40% - 3,50%. Para 2017, acreditamos que no primeiro semestre ainda será de ajustes e estabilidade na economia, com crescimento a partir do segundo semestre, projetamos crescimento do PIB de 0,50%.
Na política monetária, o IPCA encerrou o ano em 6,29%, abaixo do teto da meta de 6,5%, sendo a recessão um dos responsáveis por parte da contenção dos preços. Em 2016, alimentação, saúde e despesas pessoais representaram 67% da inflação. Nos últimos meses a inflação dá sinais de queda com recuo nos alimentos, queda do câmbio e da redução de serviços e devem contribuir para finalizar 2017 em torno de 4,8%, próximo ao centro da meta 4,5%. O BACEN encerrou o ano com a taxa Selic em 13,75% e sinalizou na última reunião do Copom que poderá intensificar o processo de flexibilização monetária com a desinflação mais disseminada e atividade econômica aquém do esperado, estabelecendo um novo ritmo de flexibilização. A nossa expectativa que em 2017 o BACEN seja mais agressivo nos cortes de juros da política monetária e encerre 2017 com a taxa Selic em torno de 9,75% a.a.

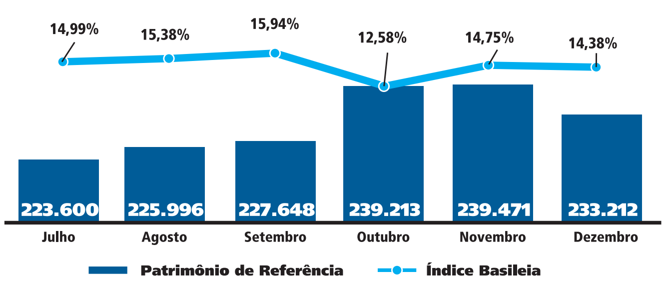
Histórico

O Banco Rendimento vem consolidando sua posição no mercado de câmbio, destacando-se entre os maiores supridores de moeda estrangeira em espécie, através da estrutura interna de negócios e por meio das parcerias com instituições financeiras, corretoras e correspondentes cambiais, distribuídos, basicamente, no sudeste do país.
Para o mercado primário de câmbio, mantém estrutura organizada no atendimento às pessoas físicas, empresas e outras entidades jurídicas, em operações de compra e venda de moeda estrangeira, de natureza comercial – importação e exportação – e financeira, tais como investimentos no país e no exterior, empréstimos internacionais, transferências unilaterais e serviços. No atendimento preferencial, por contar com a experiência dos nossos profissionais, é dispensada orientação especializada à clientela, distinguindo-se das demais instituições financeiras, tendo em vista a complexa regulamentação cambial do capital estrangeiro e das regras tributárias inerentes.
Com relação à carteira de crédito estamos concentrados em operações para o segmento de *Middle Market*, com o atendimento personalizado, à empresas de faturamento anual da ordem de 40 a 500 milhões de reais e, em menor escala, operações de financiamento de taxas veiculares, antecipação de recebíveis de cartão de crédito, CDC relacionados ao turismo e concessão de linha específica de financiamento na atividade educacional.
A área de serviços, vem preservando sua posição e explorando novos mercados, com a arrecadação de tributos de veículos automotores, intermediados pelo segmento de despachantes documentários. Através da instituição de pagamentos Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. e da distribuidora Cotação DTVM S/A, empresas integrantes do Grupo Rendimento, atuamos na comercialização de moeda estrangeira e como distribuidor dos cartões pré-pagos, VTM – Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.
Consolidando a experiência na prestação de serviços de câmbio e o conservadorismo e seletividade na concessão de crédito, a pequenas e médias empresas, aliada ao forte modelo de negócios e sólido perfil financeiro, a agência de classificação de risco Fitch Ratings, elevou o rating nacional de longo prazo do Banco Rendimento, de BBB+ para A-, mantendo a classificação de curto prazo em F2, apesar do cenário recessivo que atravessa o país.

Índice de Basileia

A apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, representa o comportamento do índice de Basileia, apurado neste semestre, calculado em bases do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.193/13, do CMN.
Neste semestre, o Índice de Basileia se manteve estável apesar dos impactos, pela aplicação dos ajustes prudenciais, definidos na Resolução nº 4.192/13 do CMN, que passou de 40% em 2015 para 60% em 2016 e pelo fluxo cambial proveniente das operações de repatriação de recursos.

Conglomerado Prudencial - 2016



Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

O modelo de Governança Corporativa encontra-se alinhado às melhores práticas e em conformidade com os normativos do BACEN e do CMN, através de processos consolidados pela ética, transparência e conduta respeitosa no relacionamento com os acionistas, colaboradores, clientes e parceiros.
A estrutura de Governança, com procedimentos e mecanismos específicos de gestão de riscos e efetivo controle, abrange as Áreas de Compliance, Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Responsabilidade Socioambiental, Segurança da Informação, Auditoria Interna e de controle de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, código de conduta ética, estrutura tecnológica, com processos devidamente definidos e controlados por profissionais capacitados e alinhados aos objetivos estratégicos do Grupo, tendo como arcabouço as leis, regulamentações externas, políticas, normas, procedimentos internos.
A gestão corporativa de riscos mantém estrutura independente das demais áreas, apresentando-se compatível, efetiva e adequada às necessidades e complexidades operacionais e de negócios realizados pelo Grupo. Está implantada e disciplinada de forma integrada, através de modelos e ferramentas específicas de mensuração, respaldados em políticas, procedimentos e controles internos, com comitês corporativos e regulatórios específicos, visando a avaliação, análise e aprovação de medidas corretivas e preventivas e mitigação de possíveis riscos associados.
A estrutura de riscos encontra-se subordinada ao Diretor de Riscos e Compliance, também responsável pela Área de Governança Corporativa e pela unidade de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, com as atribuições, responsabilidade e delegação de autoridade, devidamente definidas. Os mecanismos de análise e controle envolvem um conjunto integrado de ações e procedimentos com o objetivo de mitigar possíveis perdas em operações de crédito, câmbio, serviços e outras afins, bem como subsidiar a gestão de liquidez da organização, evitando o descasamento de prazos com captações e, consequentemente, a exposição a riscos financeiros, de imagem e reputação no Grupo.

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional é constituída por um conjunto de procedimentos e instrumentos de controle que proporcionam uma permanente adequação desse gerenciamento, à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. O modelo de controle, mensuração e mitigação instituído, visa possibilitar a identificação e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.
Com base nesse modelo é determinado o montante do capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular nº 3.640/13, do BACEN.
Nossa estrutura se mantem alinhada à contínua sofisticação do ambiente dos negócios bancários e crescente evolução tecnológica, cujo gerenciamento requer uma estrutura distinta das aplicadas aos riscos de crédito e de mercado e compatível com os negócios, produtos e serviços disponibilizados à clientela.

Risco de Mercado e Liquidez

O Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é realizado em conformidade com as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do CMN, com estrutura capaz de identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas, decorrentes da flutuação nos valores de mercado, nas posições detidas pelo Banco, com vistas a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.
O Banco Rendimento mantém política alinhada ao efetivo controle da liquidez, por se tratar de um instrumento estratégico e de extrema importância no Grupo Rendimento. Esse monitoramento passa por contínuo acompanhamento dos níveis de caixa, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem intercorrências de descasamento entre ativos e passivos.
Com base nos controles e testes, em cenários de estresse, são observados os fluxos ativos e passivos, através de modelo estabelecido em política e diretrizes internas, que visam identificar, pelo Patrimônio de Referência (PR), o grau de alavancagem de crédito e de outras posições operacionais, a fim de se estabelecer a margem ou insuficiência de liquidez.
De acordo com os critérios de classificação de operações, previstos em normativos do Banco Central e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III, a análise das exposições e testes de estresse é aplicada integralmente às carteiras trading book e banking book, visando obter impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito encontra-se alinhada às disposições constantes da Resolução nº 3.721/09, do CMN, e tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos - por meio de políticas aderentes às boas práticas - e manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados aos segmentos de mercado em que atua.
A Estrutura de Risco de Crédito possibilita a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados à desvalorização de contrato de crédito - decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador -, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
O Comitê de Crédito encontra-se constituído, conforme diretrizes definidas pela Administração e tem por prática deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito, na aprovação de medidas corretivas e de planos de ação visando a manutenção de rentabilidade da carteira. Atua como uma linha de defesa para a gestão do risco, na identificação de eventos e situações, que envolvam os respectivos clientes, os quais possibilitem melhorar e auxiliar a qualidade e seletividade do crédito a ser concedido.

Política de Deferimento de Crédito

A política de concessão de crédito, aplicada pelo Banco, fundamenta-se na exigência de garantias, compatíveis com o risco de contraparte e pela seleção de clientes que apresentem capacidade financeira para honrar os compromissos de crédito contratados.
O processo de tomada de decisões e a definição da política de crédito garantem maior eficiência e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são tomadas de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, visando garantir a criteriosa observação do risco das operações.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura para avaliação e gerenciamento do capital, devidamente alinhada ao controle dos riscos dos negócios e alavancagem dos respectivos portfólios, possibilita o monitoramento contínuo das operações realizadas no Grupo, através da utilização de ferramentas específicas e metodologias adotadas pelo mercado, visando padronizar as definições críticas e subsidiar a tomada de decisões.
Esse processo de monitoramento tem como objetivo avaliar a capacidade do Patrimônio de Referência (PR) de suportar, em períodos futuros, todos os riscos que possam envolver os negócios do Grupo, e dar consistência à política institucional para provisão do capital em níveis superiores aos requeridos legalmente.
A estratégia de negócios da organização está registrada no Plano Trienal de Capital, aprovado pela Diretoria, onde estão considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo. São realizadas projeções do índice de Basileia, através de simulações de cenários de estresse, visando possibilitar previsão de fontes para manutenção do nível de capital.
Nesse Plano de Capital são contempladas as expectativas do triênio, com base no Conglomerado Prudencial, através de projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia, alinhada ao ambiente normativo regulatório.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Banco Rendimento conta com instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento, nas operações com clientes e parceiros, através de seus produtos e serviços, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, bem como o uso da estrutura do Grupo para esses fins.
A participação frequente da Administração, na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro, assegura o alinhamento entre as diversas áreas e o contínuo acompanhamento das atividades realizadas no Grupo, possibilitando definir políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais.
A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas.
Quando identificados casos suspeitos ou atípicos, através de apurações independentes realizadas pela Área de Riscos & Compliance, em comitê específico ou em análises pontuais, são tomadas as devidas providências quanto a restrição ou proibição de operações ou de clientes, bem como a comunicação aos órgãos reguladores de fiscalização e monitoramento.
As áreas de negócios são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à Administração. Na avaliação inicial, dentre outros procedimentos para a seleção e identificação de negócios, é utilizada a estrutura de CRM (*Customer Relationship Management*) que tem por objetivo dar suporte às ações de prospecção, avaliação e de relacionamento com clientes, bem como auxiliar a Área de Riscos & Compliance no processo de análise.

Responsabilidade Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental implementada no Banco Rendimento, estabeleceu princípios, diretrizes e procedimentos, da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como efetivou modelo para o controle de atividades e operações, nos negócios que envolvem as empresas do Grupo-, nas relações de trabalho com o mercado, clientes, parceiros e fornecedores, nos termos definidos na Resolução nº 4.327/14 do CMN.
A estratégia para a aplicação de medidas socioambientais, no Banco, consiste em: a) *agregar* esses controles às práticas atuais de governança, ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental no ambiente interno, contemplando as atividades de negócios e serviços bancários explorados e b) *avaliar* o "risco socioambiental" na relação com clientes, parceiros e fornecedores, visando à adoção de procedimentos que anulem ou reduzam a incidência de tal risco.
Com o envolvimento das diretorias e gestores, encontram-se definidas diretrizes, visando possibilitar o conhecimento e disseminação a todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a importância no cotidiano de cada colaborador e sua efetiva aplicabilidade na nossa relação de trabalho e negócios.
Fizemos constar das nossas estratégias e diretrizes, os procedimentos da Lei Anticorrupção na Política de Responsabilidade Socioambiental, como um elemento de responsabilidade social, dando ênfase aos padrões éticos. Por isso, passamos a considerar nos novos contratos com clientes, parceiros e fornecedores, como instrumento de mitigação de possíveis riscos socioambientais, cláusula que trata da necessária regularidade aos assuntos ligados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, dentre outros pertinentes ao tema, fazendo-se compor das análises de Compliance, visando, com isso, a apuração dos riscos ligados a danos socioambientais, independentemente dos riscos legais, tributários, de imagem (corrupção) que trazem intrínseca relação.
Em paralelo, criamos canal de acesso a todos os colaboradores do Banco, para registro de incidentes de Risco Socioambiental, utilizado para controle, acompanhamento e mitigação de possíveis riscos, com o objetivo de se estabelecer a prevalência dos princípios da relevância e da proporcionalidade e criar condições para a identificação de oportunidades de negócios alinhadas aos princípios de sustentabilidade e sociais, os quais darão suporte para competirmos no mercado financeiro com qualidade e eficiência.

Segurança da Informação

O Departamento de Segurança da Informação - DSI é uma área estratégica de Controles Internos e Institucional, o qual se reporta diretamente ao Diretor Presidente do Banco Rendimento e Comitê de Segurança da Informação.
O DSI, tem como objetivo principal a proteção da informação de forma a preservar sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dando sustentabilidade ao negócio, possibilitando assim a maximização do retorno sobre os investimentos e oportunidades. O Departamento atua nos pilares da Segurança da Informação balanceando os fatores de riscos, tecnologia, processos, pessoas e custos.
Com o objetivo de preservar a aderência à Política de Segurança da Informação no ambiente corporativo, nos controles internos e dos sistemas informatizados, temos como base seguir as melhores práticas de mercado com o seguinte escopo de atuação: Programas de conscientização de colaboradores, criação e revisão de Políticas de Segurança, criação de metodologia para desenvolvimento seguro, revisões periódicas de perfis de acesso, testes periódicos de segurança em infraestrutura e aplicações, auditoria de software, controles de segurança em projetos novos, classificação da informação, criptografia de informações, monitoramento de ativos e regras de negócios, análise de riscos de segurança, proteção de tráfego de informações, entre outros controles relacionados à atividade.
Todas essas atividades são amparadas por um Sistema de Gestão de Segurança da Informação o qual é planejado e constantemente revisado.

Plano de Continuidade de Negócio

O Banco Rendimento conta atualmente com uma estrutura de pessoas e processos para Gestão de Continuidade de Negócios (GCN). Existe uma equipe preparada para assegurar que em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos críticos de negócio sejam efetivos e capazes de salvaguardar os interesses das partes interessadas, a reputação e a marca da organização e suas atividades de valor agregado. Regularmente os procedimentos e estruturas são revisados e testados para assegurar sua eficácia em caso de necessidade.

Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco Rendimento atende as disposições da Resolução nº 4.433/15 , do CMN. A unidade da Ouvidoria é um órgão que recebe e media a solução de conflitos de reclamações de última instância, que não foram solucionados pelo atendimento habitual realizado por suas agências e quaisquer outros pontos de atendimento.
A Ouvidoria se reporta diretamente a Diretoria e propõe medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das manifestações recebidas.
A Ouvidoria possui uma atuação independente, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa e Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral.
Tal dispositivo acolhe as manifestações recebidas através do BACEN, Órgãos de Defesa do Consumidor, Sites Sociais, Imprensa, e-mails, cartas e telefone.

Auditores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Banco Rendimento. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A administração do Banco Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2016	2015
Circulante		**1.190.885**	**1.070.435**
Disponibilidades	5	**354.238**	**393.982**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	**215.153**	**295.732**
Aplicações no mercado aberto		173.029	275.013
Aplicações em depósitos interfinanceiros		42.124	20.719
Títulos e valores mobiliários	7	**-**	**1.051**
Carteira própria		-	1.051
Relações interfinanceiras		**1.401**	**1.406**
Créditos vinculados ao Bacen		1.396	1.403
Relações com correspondentes		5	3
Relações interdependências		**171**	-
Transferências internas de recursos		171	**-**
Operações de crédito	9	**311.486**	**271.852**
Setor Privado:		**311.486**	**271.852**
Empréstimos e títulos descontados		300.513	258.108
Financiamentos		27.429	23.301
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(16.456)	(9.557)
Outros créditos		**298.483**	**88.784**
Carteira de câmbio	10	167.479	14.567
Negociação e intermediação de valores		1.030	-
Diversos	11a	133.385	77.343
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	9	(3.411)	(3.126)
Outros valores e bens	11b	**9.953**	**17.628**
Outros valores e bens		8.834	17.126
Despesas antecipadas		1.119	502
Realizável a longo prazo		**357.255**	**244.174**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	**20.545**	**44.077**
Aplicações em moedas estrangeiras		20.545	44.077
Títulos e valores mobiliários	7	**168.815**	**74.046**
Carteira própria		114.406	31.440
Vinculados operações compromissadas		13.682	16.764
Vinculados a prestação de garantias		40.727	25.842
Operações de crédito	9	**61.324**	**46.430**
Setor Privado:		**61.324**	**46.430**
Empréstimos e títulos descontados		48.294	35.767
Financiamentos		13.865	11.509
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(835)	(846)
Outros créditos		**106.467**	**79.621**
Diversos	11a	106.467	79.621
Outros valores e bens	11b	**104**	**-**
Despesa antecipada		104	-
Permanente		**26.468**	**26.679**
Investimentos		**19.832**	**18.045**
Participações em controladas - no País	12	19.785	17.998
Títulos patrimoniais		2	2
Outros investimentos		45	45
Imobilizado de uso		**4.516**	**5.214**
Imóveis de uso		1.865	1.866
Outras imobilizações de uso		15.097	13.251
(Depreciações acumuladas)		(12.446)	(9.903)
Diferido		**-**	**123**
Gastos de organização e expansão		-	3.836
(Amortização acumulada)		-	(3.713)
Intangível		**2.120**	**3.297**
Ativos intangíveis - outros		6.383	8.353
(Amortização acumulada)		(4.263)	(5.056)
Total do ativo		**1.574.608**	**1.341.288**

PASSIVO	Notas	2016	2015
Circulante		**1.021.246**	**785.589**
Depósitos	13	**417.713**	**359.969**
Depósitos à vista		39.948	98.753
Depósitos interfinanceiros		69.853	52.770
Depósitos a prazo		222.884	130.497
Depósitos em moeda estrangeira		85.028	77.949
Captações no mercado aberto	14	**13.669**	**16.731**
Carteira própria		13.669	16.731
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	**5.909**	**12.085**
Recursos de letras imobiliárias, hipotecária, de crédito e similares		5.909	12.085
Relações interdependências		**112.145**	**54.300**
Recursos em trânsito de terceiros		112.145	54.300
Obrigações por empréstimos	15	**13.371**	**3.996**
Empréstimos no exterior		13.371	3.996
Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	15	**12.585**	**1.409**
BNDES		8.446	-
Finame		4.139	1.409
Instrumentos financeiros derivativos		**240**	**422**
Instrumentos financeiros derivativos	8a	240	422
Outras obrigações		**445.614**	**336.677**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		762	870
Sociais e estatutário		5.984	-
Carteira de câmbio	10	168.477	15.306
Fiscais e previdenciárias	16a	32.117	11.113
Negociação e intermediação de valores	8a	1.302	472
Diversas	16b	236.972	308.916
Exigível a longo prazo		**389.887**	**412.746**
Depósitos	13	**291.310**	**339.234**
Depósitos a prazo		291.310	339.234
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	**6.422**	**-**
Recursos de letras imobiliárias, hipotecária, de crédito e similares		6.422	-
Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	15	**13.669**	**19.030**
BNDES		7.942	11.138
Finame		5.727	7.892
Outras obrigações		**78.486**	**54.482**
Fiscais e previdenciárias	16a	72.857	48.447
Diversas	16b	5.629	6.035
Resultados de exercícios futuros		**558**	**402**
Resultados de exercícios futuros		558	402
Patrimônio líquido	19	**162.917**	**142.551**
Capital		**107.370**	**107.370**
De domiciliados no país		107.370	107.370
Reserva de lucros		**55.579**	**35.121**
Ajuste de avaliação patrimonial		**(32)**	**60**
Total do passivo		**1.574.608**	**1.341.288**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Outras	Ajustes de valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**85.316**	**9.481**	**97.016**	**-**	**-**	**191.813**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.708	23.708
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	60	-	60
Aumento de capital	64.684	(8.759)	(55.925)	-	-	-
Redução de capital	(42.630)	-	-	-	-	(42.630)
Constituição de reserva legal	-	1.185	-	-	(1.185)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	12.323	-	(12.323)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.200)	-	-	(20.200)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(10.200)	(10.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**107.370**	**1.907**	**33.214**	**60**	**-**	**142.551**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.235	36.235
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(92)	-	(92)
Constituição de reserva legal	-	1.812	-	-	(1.812)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	24.023	-	(24.023)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(5.377)	-	-	(5.377)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(10.400)	(10.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**107.370**	**3.719**	**51.860**	**(32)**	**-**	**162.917**
Saldos em 30 de junho de 2016	**107.370**	**2.571**	**40.525**	**48**	**-**	**150.514**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	22.960	22.960
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(80)	-	(80)
Constituição de reserva legal	-	1.148	-	-	(1.148)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	16.712	-	(16.712)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(5.377)	-	-	(5.377)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(5.100)	(5.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**107.370**	**3.719**	**51.860**	**(32)**	**-**	**162.917**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015 (*)
Receitas da intermediação financeira		**176.289**	**301.221**	**256.891**
Operações de crédito		51.263	103.772	86.913
Resultado de títulos e valores mobiliários		28.841	55.123	53.798
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(5.614)	(35.923)	(9.210)
Resultado de operações de câmbio		101.799	178.249	125.390
Despesas da intermediação financeira		**(54.592)**	**(100.248)**	**(116.717)**
Captações no mercado	20	(43.830)	(80.857)	(104.087)
Empréstimos, cessões e repasses		(1.487)	(2.439)	(5.052)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.275)	(16.952)	(7.578)
Resultado bruto da intermediação financeira		**121.697**	**200.973**	**140.174**
Outras receitas/despesas operacionais		**(81.448)**	**(141.737)**	**(107.348)**
Receitas de prestação de serviços	21	19.335	36.491	30.541
Resultado de participação em controladas	12	863	1.787	2.412
Despesas de pessoal	22	(37.095)	(69.883)	(60.569)
Outras despesas administrativas	23	(42.551)	(73.099)	(57.931)
Despesas tributárias	24	(7.906)	(13.613)	(10.486)
Outras receitas operacionais	25	7.998	30.492	4.224
Outras despesas operacionais	25	(22.092)	(53.912)	(15.539)
Resultado operacional		**40.249**	**59.236**	**32.826**
Resultado não operacional		**(45)**	**1.998**	**(3)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**40.204**	**61.234**	**32.823**
Imposto de renda e contribuição social		**(14.950)**	**(21.271)**	**(6.698)**
Imposto de renda	17a	(10.125)	(15.239)	(3.817)
Contribuição social	17a	(8.657)	(13.007)	(2.612)
Ativo fiscal diferido	17a	3.832	6.975	(269)
Participações estatutárias no lucro		**(2.294)**	**(3.728)**	**(2.417)**
Lucro líquido do exercício/semestre		**22.960**	**36.235**	**23.708**
Lucro líquido por ação (em R$)		**183,64**	**289,82**	**189,62**

(*) Os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão reapresentados de acordo com o CPC 23 (Nota 3r).
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	**26.908**	**50.460**	**33.783**
Lucro líquido do semestre/exercício	22.960	36.235	23.708
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	**3.948**	**14.225**	**10.075**
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.640)	(1.408)	974
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.275	16.951	7.578
Resultado de participações em coligadas e controladas	(863)	(1.787)	(2.412)
Depreciações e amortizações	1.201	2.509	2.687
Impostos diferidos	(3.832)	(6.975)	269
Provisões/reversões operacionais	(193)	4.935	979
Variação de ativos e passivos	**(170.073)**	**(175.902)**	**72.142**
Redução/(aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(11.272)	2.127	(30.538)
(Aumento) de títulos e valores mobiliários	(87.599)	(92.584)	(8.698)
Redução/(aumento) de relações interfinanceiras	14.515	5	(480)
(Aumento)/redução de operações de crédito	(106.829)	(71.479)	25.514
(Aumento)/redução de outros créditos	217.681	(229.570)	99.367
Redução de outros valores e bens	(2.264)	7.572	1.326
Aumento em depósitos	37.307	9.820	50.749
(Redução) aumento em captações no mercado aberto	(3.953)	(3.063)	7.227
(Redução)/aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(659)	246	(10.490)
Aumento em relações interdependências	30.855	57.674	31.968
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	15.217	15.190	(3.932)
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Aumento/(redução) de outras obrigações	(272.892)	128.004	(89.881)
Aumento de resultado de exercícios futuros	(180)	156	10
Caixa líquido (aplicado) em atividades operacionais	**(143.165)**	**(125.442)**	**105.925**
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(409)	(490)	(532)
Redução de diferido e intangível	-	70	-
Alienação de imobilizado de uso	1	4	-
Aplicações no intangível	(24)	(93)	(1.025)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	**(432)**	**(509)**	**(1.557)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de juros sobre capital próprio	(5.100)	(10.400)	(10.200)
Pagamento de dividendos	(5.377)	(5.377)	(20.200)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(10.477)**	**(15.777)**	**(30.400)**
Redução/(Aumento) no caixa e equivalentes de caixa	**(154.074)**	**(141.728)**	**73.968**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	681.341	668.995	595.027
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	527.267	527.267	668.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO RENDIMENTO

BANCO RENDIMENTO S/A
www.rendimento.com.br
CNPJ: 68.900.810/0001-38
Avenida das Nações Unidas, 8501
10º andar | São Paulo - SP
CEP: 05425-070
Ouvidoria: 0800 722 0132

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Rendimento é um banco comercial, constituído em 1992, possui como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e regulamentares, bem como de carteira de câmbio e crédito ao mercado de middle market, e em conjunto com suas controladas, opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de câmbio financeiro e cartões pré pago.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional, onde certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do CMN e do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2015 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Grupo Rendimento, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 07 de março de 2017.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras do Banco Rendimento estão representadas em reais, que é sua moeda funcional de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular (BACEN) nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 9.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

j) Intangível

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata"* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Operações de câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *"pro rata"* dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das demonstrações financeiras.

q) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

r) Reapresentação de saldos comparativos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram reapresentadas, para melhor comparabilidade e adequações às políticas contábeis de acordo com a interpretação das origens de despesas.

	31 de dezembro de 2015		
Demonstrações do Resultado (I)	**Apresentado**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Outras receitas/despesas operacionais			
Despesa de pessoal	(60.442)	127	(60.569)
Outras despesas administrativas	(70.711)	(12.780)	(57.931)
Outras despesas operacionais	(2.886)	12.653	(15.539)
Lucro líquido	**23.708**	**-**	**23.708**

(i) Para melhor comparabilidade foram realizadas reclassificações de despesas administrativas para despesas operacionais, e despesas operacionais para despesa de pessoal.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	**2016**	**2015**
Disponibilidades (nota 5)	354.238	393.982
Aplicações em operações compromissadas (nota 6)	173.029	275.013
Total	**527.267**	**668.995**

5. Disponibilidades

Descrição	**2016**	**2015**
Caixa	4.253	9.917
Reserva Livre	212	4.488
Disponibilidades em moedas estrangeiras	349.773	379.577
Total	**354.238**	**393.982**

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Circulante	**2016**	**2015**
Aplicações em operações compromissadas – Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	173.029	30.000
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	245.013
Total das aplicações no mercado aberto	**173.029**	**275.013**
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Não ligada	21.181	15.283
Não ligada - Crédito rural	20.943	5.436
Total certificado de depósito interfinanceiro (CDI)	**42.124**	**20.719**
Total do circulante	**215.153**	**295.732**
Realizável a longo prazo		
Aplicações em moeda estrangeira		
Aplicações em moeda estrangeira	20.545	44.077
Total de aplicação em moeda estrangeira	**20.545**	**44.077**
Total realizável a longo prazo	**20.545**	**44.077**
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**235.698**	**339.809**

7. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2016			2015		
	Valor de Custo	**Valor de Mercado**	**Ajustes a Mercado**	**Valor de Custo**	**Valor de Mercado**	**Ajustes a Mercado**
Títulos para negociação						
Carteira própria – Livres	**-**	**-**	**-**	**2.044**	**1.051**	**(993)**
Ações de companhias abertas	-	-	-	2.044	1.051	(993)
Total de títulos para negociação	**-**	**-**	**-**	**2.044**	**1.051**	**(993)**
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria – Livres	**114.448**	**114.406**	**(42)**	**31.398**	**31.440**	**42**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	114.448	114.406	(42)	31.398	31.440	42
Vinculados a operações compromissadas	**13.686**	**13.682**	**(4)**	**16.741**	**16.764**	**23**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	13.686	13.682	(4)	16.741	16.764	23
Vinculados a prestação de garantias	**40.739**	**40.727**	**(12)**	**25.807**	**25.842**	**35**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	40.739	40.727	(12)	25.807	25.842	35
Total de títulos disponíveis para venda	**168.873**	**168.815**	**(58)**	**73.946**	**74.046**	**100**
Total de títulos e valores mobiliários	**168.873**	**168.815**	**(58)**	**75.990**	**75.097**	**(893)**
Circulante	-	-	-	-	1.051	-
Realizável a longo prazo	-	168.815	-	-	74.046	-

Os títulos públicos, custodiados no SELIC, foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R$ 32 (R$ 60 em 2015).

As ações são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores.

Durante o exercício não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

8. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Rendimento opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção *("Hedge")* contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de *"Hedge"* é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

a) Composição analítica das operações

Mercado Futuro

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do (BACEN), são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	Valor nominal dos contratos	
	2016	**2015**
Contratos de futuros (i)		
Posição comprada		
Dólar	141.782	-
Euro	6.929	17.556
Total posição comprada	**148.711**	**17.556**
Posição vendida		
DI	36.957	18.604
Dólar	7.260	38.886
Euro	-	8.739
Total posição vendida	**44.217**	**66.229**

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a pagar no valor de R$ 1.302 (R$ 472 em 2015), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela BM&FBOVESPA.

NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física – NDF registrada na CETIP é assim assumida:

	2016			2015
		Valor de mercado		
	Valor de referência	**Valores a pagar**	**Posição Líquida**	**Posição Líquida**
I) Tipo:				
Termo de moedas:				
Posição comprada	51.561	(153)	(153)	(292)
Posição vendida	14.048	(87)	(87)	(130)
Total NDF	**65.609**	**(240)**	**(240)**	**(422)**

b) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

Vinculados a prestação de garantias	**2016**	**2015**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	40.727	25.842
Total	**40.727**	**25.842**

9. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira de crédito

	2016	**2015**
Operações de crédito		
Capital de giro	198.605	145.546
Conta corrente garantida	120.574	96.736
Títulos descontados	19.082	33.709
FINAME	9.885	9.357
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	6.628	6.028
Cheque especial	4.992	4.728
Crédito pessoal	1.845	7.192
Financiamento em moeda estrangeira	8.290	8.248
Cédula de crédito de exportação	2.117	3.021
Adiantamento a depositantes	1.142	1.192
BNDES	16.491	11.176
Confissão de dívida	450	1.740
Recuperação Judicial	-	12
	390.101	**328.685**
Outros créditos		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (Nota 10)	14.153	4.183
Rendas a receber (Nota 10)	288	1.814
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 11)	93.501	43.673
Devedores por compra valores e bens	-	210
	107.942	**49.880**
Total das operações de crédito	**498.043**	**378.565**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.291)	(10.403)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(3.411)	(3.126)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(20.702)**	**(13.529)**

b) Composição da carteira – por tipo de cliente e atividade

	2016	**2015**
Pessoa jurídica - Setor privado:		
Indústria	49.660	48.371
Comércio	131.804	24.312
Outros serviços	301.226	282.350
Intermediação financeira	-	1.871
	482.690	**356.904**
Pessoas físicas	**15.353**	**21.661**
	498.043	**378.565**

c) Composição da carteira por vencimento

	2016	**2015**
Vencidas:		
A partir de 14 dias	17.572	11.247
À vencer:		
até 90 dias	214.426	194.633
de 90 a 360 dias	203.876	125.404
acima de 360 dias	62.169	47.281
Total da carteira por vencimento	**498.043**	**378.565**

d) Concentração da carteira

	2016		2015	
	Valor	**%**	**Valor**	**%**
10 maiores devedores	171.024	34,34%	126.350	33,37%
50 seguintes maiores devedores	219.205	44,01%	170.539	45,05%
100 seguintes maiores devedores	90.135	18,10%	64.190	16,96%
Seguintes maiores devedores	17.679	3,55%	17.486	4,62%
Total da carteira	**498.043**	**100,00%**	**378.565**	**100,00%**

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

2016

Nível de Risco	**% Provisão**	**A vencer**	**Vencidas***	**Total**	**Provisão**
AA					
A	0,5	331.131	-	331.131	1.655
B	1,0	72.261	567	72.828	728
C	3,0	71.217	223	71.440	2.143
D	10,0	3.649	278	3.927	392
E	30,0	346	750	1.096	329
F	50,0	22	4.180	4.202	2.101
G	70,0	19	196	215	150
H	100,0	1.826	11.378	13.204	13.204
Total		**480.471**	**17.572**	**498.043**	**20.702**

2015

Nível de Risco	**% Provisão**	**A vencer**	**Vencidas***	**Total**	**Provisão**
AA					
A	0,5	254.685	-	254.685	1.273
B	1,0	56.414	153	56.567	566
C	3,0	47.080	1.483	48.563	1.456
D	10,0	3.178	747	3.925	393
E	30,0	1.968	347	2.315	695
F	50,0	3.931	365	4.296	2.148
G	70,0	26	4.028	4.054	2.838
H	100,0	36	4.124	4.160	4.160
Total		**367.318**	**11.247**	**378.565**	**13.529**

* A coluna "Vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações vencidas acima de 14 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2016	**2015**
Saldo Inicial	13.529	17.062
Constituição	19.672	14.577
Reversão	(2.720)	(6.999)
Baixas de créditos contra prejuízo	(9.779)	(11.111)
Saldo Final	**20.702**	**13.529**

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R$ 3.783 (2015 - R$ 13.538).

Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizam R$ 7.560 (2015 - R$ 3.859).

10. Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a carteira de câmbio do Banco Rendimento está formada como segue:

	2016	**2015**
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	14.054	8.599
Direitos sobre venda de câmbio	173.421	12.834
(-) Adiantamentos em moedas nacionais recebidas	(20.284)	(8.680)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	288	1.814
Total do ativo	**167.479**	**14.567**
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	168.477	12.839
Obrigações por compra de câmbio	14.153	6.171
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 9)	(14.153)	(4.183)
Obrigações por vendas realizadas	-	479
Total do passivo	**168.477**	**15.306**

11. Outros créditos e outros valores e bens

a) Diversos

	2016	**2015**
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 9)	93.501	43.673
Devedores por depósito em garantia (nota 27b)	75.245	49.789
Crédito tributário (nota 17b)	39.063	32.088
Imposto de renda a compensar	14.992	9.913
Títulos e créditos a receber- sem características de concessão de crédito (i)	12.128	14.647
Devedores diversos	2.548	6.157
Outros	2.375	697
Total	**239.852**	**156.964**
Circulante	**133.385**	**77.343**
Realizável a longo prazo	**106.467**	**79.621**

(i) Refere-se, basicamente, a liquidação das vendas do produto Visa Travel Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto e câmbio a fechar.

b) Outros valores e bens

	2016	**2015**
Bens não de uso próprio (i)	8.834	17.126
Despesas antecipadas	1.223	502
Total	**10.057**	**17.628**
Circulante	**9.953**	**17.628**
Realizável a longo prazo	**104**	**-**

(i) Refere-se a imóveis recuperados de garantia de operações de crédito que serão vendidos ou levados a leilão conforme normas estabelecidas no Cosif.

12. Participação em controladas

	2016			2015		
	Cotação Serviços Financeiros Ltda (i)	**BBN - Banco Brasileiro de Negócios S/A (ii)**	**Total**	**Cotação Serviços Financeiros Ltda (i)**	**BBN - Banco Brasileiro de Negócios S/A (ii)**	**Total**
Na controlada						
Patrimônio Líquido	19.785	-	19.785	17.998	-	17.998
Resultado do semestre	1.787	-	1.787	877	-	877
No Banco:						
Participação no Capital (%)	99,99%	-	-	99,99%	-	-
Valor do investimento	19.785	-	19.785	17.998	-	17.998
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	1.787	-	1.787	877	1.535	2.412

(i) Em 13/08/2015, a Rendimento Serviços Financeiros Ltda, alterou sua razão social para Cotação Serviços Financeiros Ltda.

(ii) Em 28/08/2015 por decisão em Assembleia Geral Extraordinária, o Banco reduziu o capital social de R$ 150.000 para R$ 107.370, mediante a entrega de 35.000 ações de emissão do Banco BBN, pelo valor de R$ 42.630.

13. Depósitos

a) Composição da carteira

	2016	**2015**
Depósitos à vista e para investimentos		
Pessoa jurídica	9.131	79.432
Pessoa física	30.817	19.321
	39.948	**98.753**
Depósitos a prazo		
Pessoa jurídica	337.230	317.907
Pessoa física	176.338	150.784
Investidores institucionais	-	817
Instituições financeiras	626	223
	514.194	**469.731**
Depósitos em moeda estrangeira e interfinanceiros		
Depósitos em moeda estrangeira	85.028	77.949
Depósitos interfinanceiros	69.853	52.770
	154.881	**130.719**
Total de depósitos	**709.023**	**699.203**
Circulante	**417.713**	**359.969**
Realizável a longo prazo	**291.310**	**339.234**

b) Composição da carteira por vencimento

	2016					2015
	Sem Vencimento	**até 180 dias**	**de 181 a 365 dias**	**acima de 365 dias**	**Total**	**Total**
Depósitos à vista	39.948	-	-	-	39.948	98.753
Depósitos a prazo	-	173.795	49.089	291.310	514.194	469.731
Depósitos em moeda estrangeira	85.028	-	-	-	85.028	77.949
Depósito interfinanceiro	-	69.853	-	-	69.853	52.770
	124.976	**243.648**	**49.089**	**291.310**	**709.023**	**699.203**

c) Concentração dos depositantes

	2016	**2015**
10 Maiores depositantes	279.067	232.692
50 Seguintes depositantes	271.895	274.265
100 Seguintes depositantes	101.584	98.067
Demais depositantes	56.477	94.179
Total de depósitos	**709.023**	**699.203**

14. Captações no mercado aberto

	2016	**2015**
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	13.669	16.731
Total captações no mercado aberto	**13.669**	**16.731**

15. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos

	2016				2015
	Até 90 dias	**De 91 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Total**
Obrigações por empréstimos					
Empréstimos no exterior (i)	-	13.371	-	13.371	3.996
Obrigações por repasses – Instituições Oficiais					
FINAME	1.382	2.756	5.728	9.866	9.301
BNDES	2.228	6.219	7.941	16.388	11.138
Recursos de aceites e emissão de títulos					
Letras financeiras	-	-	-	-	12.085
Letras de crédito imobiliário	-	5.909	6.422	12.331	-
Total	**3.610**	**28.255**	**20.091**	**51.956**	**36.520**

(i) Constituída por linha de crédito junto a banqueiros no exterior, com remuneração da taxa "Libor" acrescida de spread.

16. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2016	**2015**
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	3.897	4.644
Impostos e contribuições sobre os lucros	28.220	6.469
Total do circulante	**32.117**	**11.113**
Exigível a longo prazo		
Provisão para riscos fiscais (nota 27b)	72.857	48.447
Total do exigível a longo prazo	**72.857**	**48.447**
Total	**104.974**	**59.560**

b) Diversas

	2016	**2015**
Circulante		
Cheques administrativos	-	3
Obrigações por prestação de serviços	2.476	2.012
Provisão para pagamentos a efetuar	12.081	11.023
Credores diversos no exterior (i)	220.408	289.361
Credores diversos no país	1.982	6.425
Valores a pagar sociedades ligadas (nota 18)	25	92
Total do circulante	**236.972**	**308.916**
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (nota 27b)	4.943	3.854
Provisão para fiança (nota 26)	686	586
Outras	-	1.595
Total do exigível a longo prazo	**5.629**	**6.035**
Total	**242.601**	**314.951**

(i) Refere-se substancialmente a cartões "pré-pagos" (Visa Travel Money)

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação das despesas das provisões do imposto de renda e da contribuição social

	2016		2015	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**61.234**	**61.234**	**32.823**	**32.823**
Juros sobre capital próprio	(10.400)	(10.400)	(10.200)	(10.200)
Participação nos Lucros (empregados)	(3.728)	(3.728)	(2.417)	(2.417)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - Ajustado	**47.106**	**47.106**	**20.206**	**20.206**
Adições:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.952	16.952	7.578	7.578
Provisão para contingências	1.303	1.303	1.702	1.702
Multas indedutíveis	892	892	4	4
Patrocínio e doações indedutíveis	1.437	1.437	920	920
Remuneração variável de dirigentes	1.363	409	1.034	111
Gratificação	1.491	1.491	-	-
Outras provisões indedutíveis	4.433	4.618	2.701	2.885
Total das adições	**27.871**	**27.102**	**13.939**	**13.200**
Exclusões:				
Perdas em operações de crédito - Lei 9.430/96	4.414	4.414	14.323	14.323
Resultado de equivalência patrimonial	1.787	1.787	2.412	2.412
Outras provisões indedutíveis	2.971	2.971	756	756
Total das exclusões	**9.172**	**9.172**	**17.491**	**17.491**
Base do imposto de renda e contribuição social	**65.805**	**65.036**	**16.654**	**15.915**
IRPJ / CSLL	(16.427)	(13.007)	(4.140)	(2.612)
Dedução de incentivos fiscais	1.188	-	323	-
Imposto de renda e contribuição social	**(15.239)**	**(13.007)**	**(3.817)**	**(2.612)**
Ativo fiscal diferido	3.702	3.273	(876)	607
Total de imposto de renda e contribuição social	**(11.537)**	**(9.734)**	**(4.693)**	**(2.005)**

b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	**Saldo 31/12/2015**	**Constituição**	**Realização**	**Saldo 31/12/2016**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.203	7.275	(1.736)	13.742
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	18.568	-	-	18.568
Provisão para contingências	3.182	2.362	(1.756)	3.788
Provisão para participação nos lucros	429	1.809	(1.426)	812
Outros	1.706	5.445	(4.998)	2.153
Total	**32.088**	**16.891**	**(9.916)**	**39.063**

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O Banco não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**Total**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.081	1.981	5.427	2.240	13	13.742
Provisão para contingências fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	18.568	18.568
Provisão para contingências	1.324	535	266	139	1.524	3.788
Provisão para participação nos lucros	812	-	-	-	-	812
Outros	1.634	-	3	-	516	2.153
Total	**7.851**	**2.516**	**5.696**	**2.379**	**20.621**	**39.063**
Valor Presente	**7.037**	**2.288**	**5.196**	**2.176**	**18.905**	**35.602**

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas Demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R$ 35.602 utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

18. Partes relacionadas

	2016			2015		
	Ativo	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**
Cotação DTVM S/A						
Depósitos à vista	-	854	-	-	1.569	-
Depósitos em moeda estrangeira	-	7.878	-	-	11.723	-
Obrigações por operações compromissadas	-	13.669	-	-	10.641	-
Carteira de câmbio	-	5.004	-	-	7.036	-
VTM	4.031	-	-	3.327	-	-
Despesas de captações	-	-	(1.686)	-	-	(1.348)
Receita/Despesa de câmbio	-	-	3.726	-	-	3.122
Despesa de serviços de terceiros	-	-	(226)	-	-	(38)
Receita de aluguéis	-	-	29	-	-	-
Valores a receber/pagar de ligadas	8	21	-	7	18	-
	4.039	**27.426**	**1.843**	**3.334**	**30.987**	**1.736**
Action Empreendimentos e Participações Ltda.						
Depósitos à vista	-	1	-	-	3	-
Certificado de depósito bancário – CDB	-	2.208	-	-	2.102	-
Despesas de captações	-	-	(292)	-	-	(286)
	-	**2.209**	**(292)**	**-**	**2.105**	**(286)**
BBN - Banco Brasileiro de Negócios S/A						
Depósitos Interfinanceiros	-	44.623	-	-	44.272	-
Despesas de captações	-	-	(5.846)	-	-	(5.376)
	-	**44.623**	**(5.846)**	**-**	**44.272**	**(5.376)**
Cotação Serviços Financeiros Ltda.						
Depósitos à vista	-	114	-	-	1	-
Certificado de depósito bancário – CDB	-	19.568	-	-	17.635	-
Despesas de captações	-	-	(2.453)	-	-	(2.168)
	-	**19.682**	**(2.453)**	**-**	**17.636**	**(2.168)**
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.						
Depósitos à vista	-	1.054	-	-	32	-
Certificado de depósito bancário – CDB	-	30.323	-	-	28.603	-
Valores a receber/pagar de ligadas	-	4	-	34	74	-
Despesas de captações	-	-	(3.680)	-	-	(3.217)
	-	**31.381**	**(3.680)**	**34**	**28.709**	**(3.217)**
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.						
Depósitos à vista	-	23	-	-	15	-
Certificado de depósito bancário – CDB	-	434	-	-	489	-
Despesas de captações	-	-	(57)	-	-	(62)
	-	**457**	**(57)**	**-**	**504**	**(62)**
Rendimento Holding S/A						
Depósitos à vista	-	27	-	-	615	-
Certificado de depósito bancário – CDB	-	505	-	-	-	-
	-	**532**	**-**	**-**	**615**	**-**
Mac Participações Ltda. e Controladas						
Depósitos à vista	-	127	-	-	1.143	-
Certificado de depósito bancário – CDB	-	66.901	-	-	70.237	(9.189)
	-	**67.028**	**-**	**-**	**71.380**	**(9.189)**
Ades Investimentos e Participações Ltda.						
Depósitos à vista	-	21	-	-	4	-
Certificado de depósito bancário – CDB	-	707	-	-	768	(92)
	-	**728**	**-**	**-**	**772**	**(92)**
Pessoas Físicas						
Depósitos à vista	-	223	-	-	459	-
Certificado de depósito bancário – CDB	-	50.858	-	-	37.458	(3.639)
	-	**51.081**	**-**	**-**	**37.917**	**(3.639)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

b) Remuneração da administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2016	2015
Remuneração fixa no exercício	6.057	5.579
Remuneração variável no exercício	954	923
Encargos sociais	3.520	1.430
Total	**10.531**	**7.932**

O Banco Rendimento não possui benefícios de longo prazo, pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é representado por 125.024 ações nominativas sem valor nominal, sendo 62.512 ordinárias e 62.512 preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Em 17 de abril de 2015 por realização de Assembleia Geral Ordinária, o Banco aumentou o capital social de R$ 85.316 para R$ 150.000 mediante incorporação da Reserva Legal R$ 8.759 e Reserva Especial de Lucros – Outras R$ 55.925, mantendo-se a mesma quantidade de ações.

Em 05 de junho de 2015 foi aprovado pelo BACEN o aumento de capital social do Banco.

Em 28 de agosto de 2015 por realização de Assembleia Geral Extraordinária, o Banco reduziu o capital social de R$ 150.000 para R$ 107.370, mediante a entrega de 35.000 ações de emissão do Banco BBN, pelo valor de R$ 42.630.

Em 07 de outubro de 2015 foi aprovado pelo BACEN a redução do capital social do Banco.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição adicional de dividendos está sujeita à proposta da diretoria na Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas no ano de 2016, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R$ 5.377.

Em 06 de junho e 05 de dezembro de 2016, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 10.400 referente ao exercício de 2016 (R$ 10.200 em 2015), calculados com base na Taxa de juros de longo prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R$ 4.680.

c) Reserva de lucros

Legal: O Banco Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras: Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

20. Despesas de captação no mercado

	2016	2015
Depósitos a prazo	68.606	63.364
Depósitos interfinanceiros	7.637	6.437
Operações compromissadas	2.706	1.906
Recursos de emissão de títulos	1.119	1.829
Contribuições ao fundo garantidor de crédito – FGC	789	838
Outras despesas de captação	-	29.713
Total	**80.857**	**104.087**

21. Receitas de prestação de serviços

	2016	2015
Câmbio	15.991	11.715
Arrecadação	13.487	12.328
Serviços bancários	3.119	3.244
Garantias prestadas	2.822	2.045
Outros serviços	1.072	1.209
Total	**36.491**	**30.541**

22. Despesas de pessoal

	2016	2015
Proventos	36.911	32.246
Encargos sociais	14.360	13.296
Benefícios	10.477	8.080
Honorários	7.669	6.629
Outros	466	318
Total	**69.883**	**60.569**

23. Outras despesas administrativas

	2016	2015
Transportes e guarda de valores	35.668	23.901
Processamento de dados	10.124	9.125
Serviços sistema financeiro	5.925	4.246
Aluguéis	4.035	4.121
Serviços técnicos especializados	3.853	2.933
Depreciação/amortização	2.509	2.687
Comunicações	1.969	1.916
Serviços de terceiros	1.653	1.926
Condomínio	1.313	1.227
Outras	6.050	5.849
Total	**73.099**	**57.931**

24. Despesas tributárias

	2016	2015
PIS/COFINS	11.436	8.191
ISS	1.695	1.427
Outras	482	868
Total	**13.613**	**10.486**

25. Outras receitas e despesas operacionais

	2016	2015
Outras receitas operacionais		
Atualização monetária de depósitos (i)	24.806	-
Reversões de provisões diversas	4.163	1.424
Outras	1.523	2.800
Total	**30.492**	**4.224**
Outras despesas operacionais		
Atualização monetária de contingências (i)	24.480	-
Contingências (ii)	9.877	3.084
Convênios operacionais	7.719	5.286
Comissões	6.428	2.516
Verbas de incentivos	2.202	1.603
Outros	3.206	3.050
Total	**53.912**	**15.539**

(i) *No exercício findo em 31/12/2016, o Banco efetuou as atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 dos depósitos judiciais e contingências fiscais, com base nos extratos dos bancos depositários.*

(ii) Na rubrica "contingências", estão registrados as despesas de contingências cíveis/fiscais/trabalhistas.

26. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2016, correspondiam a R$ 111.112 (R$ 78.823 em 2015) com provisão para perdas no montante de R$ 686 (R$ 586 em 2015).

27. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, R$1.595 de ativo contingente referente repasse de IPVA junto a prefeitura de Tuiuti/SP.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) *Provisões trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) *Provisões cíveis* - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) *Provisões fiscais* - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R$ 70.483;
- Contestação quanto à base de receitas de operações de avais e fianças e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R$ 2.275.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	2016				2015
Provisões	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**	**Total**
Saldo no início	48.447	2.161	1.693	**52.301**	**51.296**
Constituições/Reversões	128	3.755	2.850	**6.733**	**2.497**
Atualização monetária (i)	24.282	-	198	**24.480**	**-**
Pagamentos	-	(1.583)	(4.131)	**(5.714)**	**(1.492)**
Saldo no final	**72.857**	**4.333**	**610**	**77.800**	**52.301**

(i) *No exercício findo em 31/12/2016, o Banco efetuou atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 das contingências.*

	2016				2015
Depósitos Judiciais	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**	**Total**
Saldo no início	49.395	343	51	**49.789**	**49.492**
Constituições	131	902	329	**1.362**	**1.442**
Atualização monetária (i)	24.807	11	-	**24.818**	**-**
Realizações/Reversões	(14)	(426)	(284)	**(724)**	**(1.145)**
Saldo no final	**74.319**	**830**	**96**	**75.245**	**49.789**

(i) *No exercício findo em 31/12/2016, o Banco efetuou as atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 dos depósitos judiciais, com base nos extratos dos bancos depositários.*

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- Por 42 processos de natureza cível que somam R$ 848, e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeiras.
- Pela contestação administrativa de incidências de IOF e imposto fonte, relativo as operações de câmbio, no montante de R$ 8.411.
- Pela contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de São Paulo, no montante de R$ 992.
- Contestação em fase de recurso administrativo quanto à exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações de avais e fianças do período de Janeiro/2012 a Dezembro/2014 no Município de São Paulo no montante de R$ 1.197.
- Contestação em fase de recurso judicial à exigência de multa por não cumprimento de normas legais referentes a sigilo bancário de cliente pela Receita Federal do Brasil no montante de R$ 581, depositados nos autos da ação judicial nº 2001.61.00.014568-8.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento.

28. Limites operacionais

O Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

Patrimônio de referência – PR	**233.212**
Risco de crédito – RWA_{CPAD}	1.002.099
Risco de exposição cambial – RWA_{CAM}	100.379
Risco de taxas de juros – RWA_{JUR1}	1.493
Risco de cupom de moedas – RWA_{JUR2}	23.571
Risco operacional – RWA_{OPAD}	494.379
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	**160.165**
Margem sobre o PR considerando a R_{BAN}	**72.771**

O índice de Basileia na data-base de 31 de dezembro de 2016, para o Conglomerado Prudencial, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do CMN, é de 14,38% (Dezembro de 2015 – 14,36%).

A DIRETORIA

FLAMINIO OLIVEIRA FERREIRA - Contador - CRC 1RS067739/O-6 S-SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco Rendimento S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco Rendimento S/A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável e um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Emerson Morelli
Contador
CRC-1SP249401/O-4